

RELATÓRIO-RESUMO REFERENTE AO (XIII-SINAOP)

Este relatório-resumo tem por objetivo destacar assuntos abordados por algumas das apresentações que fizeram parte do XIII Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas (XIII SINAOP) e I Oficina Internacional, ocorridos em Porto Alegre, no período de 15 a 19 de novembro de 2010.

Inicialmente, parabeniza-se a participação dos colegas do Tribunal de Contas da União - TCU André Pachioni Baeta e Edson Kurokawa, bem como a do Ministro Augusto Nardes.

A conferência apresentada pelo colega André deixou clara a relevante participação do TCU no tocante à fiscalização de obras públicas federais. Os dados apresentados não deixam dúvidas de que a atuação da Corte de Contas deve ser cada vez mais fortalecida. Neste sentido, mencionaram-se os recentes incrementos no quadro de servidores da Secretaria de Obras, a criação de novas secretarias, a aquisição de equipamentos de engenharia e a contratação de serviços topográficos capazes de levantar dados qualitativos e quantitativos referentes aos serviços executados e auditados.

A experiência inovadora apresentada pelo colega Edson ampliou a possibilidade de se investigar, com razoável aproximação, quantitativos advindos dos serviços de terraplenagem (volumes de corte e aterro). Esses serviços merecem atenção especial das equipes de fiscalização, pois geralmente representam valores expressivos associados a quantitativos de difícil mensuração, diferente de outros serviços em que a verificação é mais simples, como por exemplo, a conferência da área de edificações.

A grande dificuldade da quantificação desses serviços reside no fato de que a equipe de fiscalização geralmente não tem acesso aos dados referentes à conformação do terreno natural (sessões primitivas), ou se os tem, estes são fornecidos pela fiscalização da obra ou pelo próprio executor, o que compromete a confiabilidade dos dados apresentados, uma vez que podem ser manipulados antes de serem entregues à fiscalização.

Como a atuação do Tribunal na fiscalização geralmente é concomitante ou posterior à execução da obra e os serviços de terraplenagem estão entre os primeiros a serem realizados em um empreendimento, dificilmente se conhece a altimetria do terreno, dificultando a contestação por parte da Corte de Contas dos dados apresentados pelo executor ou pela fiscalização da obra.

Embora o desafio referente ao conhecimento da conformidade natural do terreno após o início da terraplenagem permaneça, a utilização de fotos de satélites e softwares específicos podem auxiliar na contestação de volumes apresentados pelos auditados.

Palestra de grande destaque, talvez a mais enriquecedora do Simpósio, foi apresentada pelo professor, engenheiro e advogado José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva, SINAENCO/SP. Com destreza e propriedade o professor destacou a importância do planejamento e dos projetos básico e executivo na execução das obras, sejam públicas ou privadas.

Lembrou que estas importantes fases iniciais do ciclo de vida dos empreendimentos são negligenciadas nas obras brasileiras, resultando em produtos mal elaborados que consomem vultosos recursos públicos, muito superiores aos que seriam gastos com os adequados planejamentos e projetos.

Mencionou que o planejamento e o projeto consomem poucos recursos em relação ao valor da obra, de modo que essas fases devem ser muito debatidas e estudadas, de modo a resultar em um produto bem elaborado que contemple e harmonize aspectos técnicos, financeiros, sociais e ambientais.

Citou que para se evitar o superfaturamento de obras são necessários adequados projetos e gerenciamento, os quais resultarão em um produto de qualidade (obra).

Ilustrou o caso de Londres, sede dos jogos olímpicos de 2012, evidenciando a importância do planejamento e do projeto na vida de um empreendimento. Essa capital está construindo seu parque olímpico na zona leste da cidade, área historicamente degradada (habitada majoritariamente por imigrantes, poluída desde a revolução industrial e “bota fora” dos escombros da segunda guerra mundial, ocasião em que a Alemanha bombardeou a região). O objetivo é valorizar e harmonizar a zona leste, tornando o rio local navegável, construindo novas linhas de metrô para o maciço deslocamento de habitantes e visitantes que ocorrerá por ocasião dos jogos e urbanizando a região. A Inglaterra está tão bem preparada para os jogos que a praça olímpica estará pronta um ano antes do início do evento, de modo que haverá tempo suficiente para testar e aprovar todas as instalações e sistemas, promovendo-se eventuais correções que se façam necessárias.

Comparou o caso de Londres com os preparativos do Brasil para a copa do mundo de 2014 e para os jogos olímpicos de 2016, o que evidenciou a crítica situação nacional, haja vista que os cronogramas estão atrasados e a maior parte das obras da copa de 2014 não iniciou. Mencionou que o pior gargalo de infraestrutura brasileira para a copa são os aeroportos, que já estão sobrecarregados, não comportando demandas adicionais sem a ampliação do parque aeroportuário.

Destacou que a copa do mundo é o maior evento midiático do planeta, de modo que o país será uma grande vitrine para o mundo, o que representa uma enorme gama de oportunidades para a nação. No entanto, esta vitrine pode se tornar uma vidraça caso sejam evidenciadas as mazelas que assolam nossa sociedade e caso vexames ocorram em decorrência do mal planejamento e da organização deficiente.

Lembrou o descaso público com a conservação do patrimônio nacional, associando esse fato ao baixo impacto que a manutenção da infraestrutura tem no currículo dos políticos, interessados em obras que possam ser inauguradas e conseqüentemente ser associadas a sua gestão e sua promoção pessoal. A falta de manutenção também foi exemplificada mediante painel apresentado por Rodrigo Luz Glória, do Tribunal de Contas de Santa Catarina, ocasião em que se evidenciou o precário estado de conservação das pontes daquele Estado, destacando que em muitos casos bastaria uma simples limpeza do tabuleiro das pontes e desobstrução das tubulações de águas pluviais para melhorar muito a manutenção das obras de arte e conseqüentemente a operacionalização e segurança do sistema viário.

O planejamento e projeto desenvolvido em Londres têm um horizonte de 50 (cinquenta anos) anos. Em outras palavras, preocupou-se com o destino que será dado ao complexo esportivo após os jogos olímpicos.

O jornalista Lúcio Vaz, do Correio Brasiliense, elogiou o corpo técnico do TCU e lembrou a importância da atuação da Corte de Contas. Ressaltou que o cargo de ministro do TCU, outrora ocupado por “políticos em fim de carreira” agora é disputado entre os parlamentares. Não poupou críticas ao mencionar que os processos no TCU levam muito tempo para serem julgados, conforme extenso estudo elaborado pelo próprio jornalista. Por fim, ponderou que o superfaturamento de obras é, em sua opinião, decorrente principalmente do financiamento de campanhas políticas.

O Sr. Carnot Leal Nogueira, representante do Tribunal de Contas de Pernambuco discursou acerca da responsabilidade de empreiteiros e projetistas por danos decorrentes de erros em projetos de obras públicas, defendendo a responsabilidade solidária entre construtores e projetistas, alegando a provável incapacidade do projetista em arcar com os prejuízos advindos de erros de projeto. Neste ponto, sem adentrar em minúcias que envolvem a matéria, discorda-se do palestrante, pois se entende que as peculiaridades de cada caso devam ser estudadas. Não parece razoável que a construtora deva identificar toda e qualquer falha de projeto. O dimensionamento de peças e estruturas exige um estudo bem elaborado, de modo que uma revisão do projeto por parte do construtor significaria um expressivo trabalho adicional a ser realizado por pessoal capacitado, nem sempre disponível no corpo técnico das construtoras, cujo objetivo principal, geralmente, é executar e não projetar.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso apresentou o software GEO-OBRAS, desenvolvido para gerenciar as informações das obras executadas em todos os Órgãos das esferas Estadual e Municipal. O GEO-OBRAS é uma ferramenta de consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Através da combinação das opções de filtro disponíveis, o Internauta consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras. Trata-se de uma interessante ferramenta de transparência dos gastos públicos, merecendo um estudo mais aprofundado a fim de se analisar a viabilidade e adequação de utilizá-la em nível nacional.

Outra atividade desenvolvida pelo Tribunal de Contas do Mato Grosso é o acompanhamento *in loco* das obras rodoviárias utilizando o laboratório de campo da própria construtora. Foi possível obter reduções de quantitativos de imprimação de base e correção do material asfáltico do concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), o qual vinha sendo utilizado em quantidade inferior à prevista no dimensionamento de projeto. Corrigiu-se também o fator de empolamento, utilizando-se o verificado em obra ao invés daquele geralmente estipulado pela literatura (25 a 30%). Dessa forma, a auditoria concomitante possibilita a obtenção de um produto de melhor qualidade e menor custo, uma vez que a construtora tem aceitado as alterações propostas pela equipe de auditoria.

Peritos da Polícia Federal apresentaram estudos revelando o efeito cotação e o efeito barganha nos preços do SINAPI, concluindo que se poderia utilizar o 1º quartil do sistema como referência de preço para a maior parte dos casos. Os peritos também teceram considerações acerca do BDI utilizado nas obras, defendendo o posicionamento de que a administração local e a mobilização e desmobilização deveriam constar do BDI.

Representantes da CAIXA e do DNIT levantaram questões acerca da utilização dos sistemas referenciais de preços (SICRO e SINAPI), suas limitações, novidades e possibilidades de correção de distorções eventualmente encontradas nos preços desses sistemas.

De um modo geral, questionou-se durante o simpósio se os investimentos da copa e dos jogos olímpicos não deveriam ser aplicados nos problemas estruturais do país, como por exemplo, saúde, educação, segurança pública e infraestrutura. Ressaltou-se que o país tem grande potencial de atração de investimento e que precisa vencer vários obstáculos caso queira ser a quinta economia mundial nos próximos dez anos e caso queira crescer a taxas de 7 a 8% do PIB.

Concluindo o evento, o Ministro Augusto Nardes destacou a atuação do TCU não apenas na fiscalização das obras públicas, mas também em Temas de Maior Significância (TMS) e em programas do governo. Por fim, ressaltou que o país necessita de reforma política, tributária e trabalhista, entre outras, para que tenha avanços desejados por toda a sociedade.

Por fim, o conteúdo de todas as apresentações estará disponível em breve, segundo os organizadores do evento, no sitio eletrônico www.ibraop.org.br.

Marco Antonio Altobelli Junior.